

# SPRA INFORMAÇÃO

Uma década de Ensino  
e Educação Especial na Região.  
Impõe-se uma nova organização!  
Propostas do SPRA

Pág. 9



**Currículo  
Regional?!**  
*Competências regionais?!*

**FICHA TÉCNICA**

**Director de Redacção:** Belarmino Ramos  
**Redacção:** Fernando Vicente, António Lucas, Nuno Maciel, Graça Silveira.  
**Projecto Gráfico:** Jorge Esteves  
**Paginação e Tratamento Gráfico:** Fernando Vicente  
**Revisão:** Luísa Cordeiro  
**Colaboração:** José Paulo Oliveira(jpgo@sapo.pt)  
**Propriedade e Edição:** Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA); Gabinete de Recursos e Informação do SPRA  
 spra.terceira@mail.telepac.pt  
**Periodicidade:** Bi-mensal  
**Tiragem média:** 2350 exemplares  
**Impressão e acabamento:** Nova Gráfica, Lda  
**Dep.Legal:** 206452/04  
**Distribuição gratuita aos sócios do SPRA**

**www.spra.pt**

**Membro da FENPROF**

**ÁREAS SINDICAIS:****STA.MARIA**

Rua: Leandro Chaves, 14  
 9580-533 Vila do Porto  
 tel: 296 882872 fax: 296 882872  
 email: sprasma@iol.pt

**S.MIGUEL**

Av. D. João III, Bloco A nº 10, 3º  
 9500-310 Ponta Delgada  
 tel: 296 205960 fax: 296 624698  
 email: spra.smiguel@mail.telepac.pt

**TERCEIRA**

Canada Nova nº 21, Sta Luzia  
 9700-130 Angra do Heroísmo  
 tel: 295 215471 fax: 295 212607  
 email: spra.terceira@mail.telepac.pt

**GRACIOSA**

Rua: Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22  
 9880 Santa Cruz Graciosa  
 tel: 295 712886 fax: 295 712886  
 email: spragraciososa@netc.pt

**S. JORGE**

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c  
 9850-022 Calheta São Jorge  
 tel: 295 416519 fax: 295 416519  
 email: spra.sjorge@sapo.pt

**FAIAL**

Rua de S. João nº 38 Fracção B 1º andar  
 9900- Horta  
 tel: 292 292892 fax: 292 292282  
 email: sprafaial@sapo.pt

**PICO**

Rua Dr. Manuel de Arriaga  
 9950-302 Madalena do Pico  
 tel: 292 623000 fax: 292 622023  
 email: sprapico@sapo.pt

**FLORES e CORVO**

Rua Fernando Mendonça, 2 R/C  
 9970-332 Sta Cruz das Flores  
 tel/ fax: 292 592976  
 email: spra-flores@sapo.pt

**GRISPR**  
 Gabinete  
 de Recursos  
 e Informação  
 do Sindicato  
 dos Professores

**Currículos, Pase e PEC...**

O final deste ano lectivo foi marcado, no âmbito Regional, por dois acontecimentos: a aprovação, na Assembleia Legislativa Regional, do Decreto Legislativo Regional que aprova os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da Educação Básica para o Sistema Educativo Regional e os erros detectados nas PASE. O primeiro, lamentavelmente, foi aprovado apenas pela maioria socialista, facto que não abona em favor desta bancada, uma vez que a matéria em apreço deveria ter sido alvo de um debate alargado a toda a comunidade educativa, o que não aconteceu, e porque o carácter estruturante desta matéria, para o Sistema Educativo Regional, exigia um amplo consenso da sociedade açoriana. O segundo, não por ser um acontecimento inédito, mas pelos efeitos políticos que desencadeou, nomeadamente, com a demissão do coordenador, destacado dirigente do CDS-PP, e pela troca de "galhardetes" entre o Presidente deste partido e a Senhora Secretária Regional da Educação e Formação. No meio desta contenda, ficaram os alunos, com a resolução de problemas insolúveis, e os professores, com quatro dias para a correcção das provas feita à custa do seu tempo de descanso (fim-de-semana), num período em que começam a preparar a avaliação final dos seus alunos e se encontram, muitos deles, no seu próprio processo avaliativo.

No plano nacional, gostaria de destacar a grandiosa e imponente Manifestação Nacional de 29 de Maio, promovida pela CGTP-Intersindical Nacional, em Lisboa, e que contou com a presença de mais do que 300 mil trabalhadores e trabalhadoras dos sectores público e privado. Os manifestantes, entre os quais se encontravam representantes da FENPROF e dos sindicatos seus filiados, deram um sinal claro ao Governo sobre a necessidade de uma inversão da política que tem vindo a ser seguida de destruição dos serviços públicos, de redução dos direitos sociais, de desregulação dos horários de trabalho, de precariedade, de redução dos salários e de aumento de impostos. Os trabalhadores deram, ainda, uma clara imagem de protesto contra o PEC, que, de alguma forma, simboliza esta política de afronta aos trabalhadores.♦

António Lucas

# Gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional

**Em parecer divulgado a 12 de Maio, sobre a proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da Educação Básica para o Sistema Educativo Regional, a Direcção do SPRA considera que a política educativa regional, no que concerne à organização e gestão curricular do Ensino Básico, tem sido marcada, nos últimos anos, por “uma acentuada desorientação, relativamente ao rumo que pretende implementar nesta matéria”.**

E acrescenta a nota sindical: “No passado recente, verificámos que foram extintas áreas curriculares não disciplinares e a disciplina de Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação. Foram redistribuídas as cargas horárias de diversas disciplinas e, até ao presente ano lectivo, foi feita uma clara aposta na pluridocência no 1.º Ciclo do Ensino Básico.”

Segundo o SPRA, “nenhuma destas experiências, mais ou menos alargadas a todas as Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, foi devidamente avaliada ou, pelo menos, não foi conhecida, pela comunidade educativa, qualquer avaliação das mesmas.”

“Aquando da generalização dessas experiências”, lê-se na nota recentemente divulgada, o SPRA alertou a tutela e a comunidade educativa relativamente aos efeitos perniciosos de tal generalização e do incumprimento do estipulado no art.º 2.º do

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2006/A, de 10 de Março.

## Experiências abandonadas

“No presente ano lectivo”, lembra o parecer sindical, “foram abandonadas as experiências iniciadas nos anos lectivos anteriores, sem se conhecer a motivação política para tal decisão. Paralelamente, foi abandonada, em parte, a pluridocência no 1.º Ciclo, mantendo-se, no entanto, as disciplinas de Educação Física e de Inglês, leccionadas por outros professores não titulares de turma. A actual Secretária da Educação e Formação, para além de ter mantido a extinção, efectuada pelo seu antecessor, das áreas curriculares não disciplinares de Estudo Acompanhado e de Área de Projecto, substituídas por Investigação e Apoio Multidisciplinar, extinguiu, ainda, a disciplina de Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação no 9.º ano do Ensino Básico”.

Em contraste com a Lei de Bases Quanto ao referido diploma, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que “contraria o ponto 4 do art.º 50.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ao extinguir as áreas curriculares não disciplinares de Formação Cívica, Área de Projecto e

de Estudo Acompanhado, substituindo-as pela área curricular não disciplinar de Cidadania”.

Na perspectiva do SPRA, aquele documento também “contraria o ponto 4 do art.º 50.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ao extinguir a disciplina de Introdução às Tecnologias da Informação e Comunicação, disciplina que integra o currículo nacional no 9.º ano do Ensino Básico, transformando a referida disciplina num conteúdo transversal, a ser ministrado na área curricular não disciplinar de Cidadania”.

Noutra passagem, o parecer observa: “O ponto 2 do art.º 50.º da Lei de Bases do Sistema Educativo refere: “

→



→ Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção dos acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros no mesmo âmbito.” Se considerarmos que a estes temas se somam, entre outros, a igualdade de género, a prevenção das toxicodependências e, por proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas nos Açores, a ser ministrado na área curricular não disciplinar de Investigação e Apoio Multidisciplinar, extinta pelo diploma em apreço, consideramos inexecutável, na área curricular não disciplinar de Cidadania, a abordagem de tantas matérias, a par das Tecnologias de Informação e Comunicação”

Depois de lembrar que “o currículo nacional do Ensino Básico já contém o conjunto de competências a desenvolver pelos alunos que frequentam a escolaridade básica em Portugal” e que “assim, é com estranheza que este Sindicato vê a possibilidade, através de Decreto Regulamentar Regional, de o Governo regulamentar esta matéria”, o SPRA refere ainda que o mencionado diploma “segue claramente o regime de monodocência no 1.º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que na área das Expressões “[n]os dois momentos semanais de quarenta e cinco minutos cada” o docente titular de turma será coadjuvado por um docente de Educação Física do 2.º Ciclo.” Ora, o SPRA continua a defender a existência de equipas educativas, neste ciclo de ensino, que, sobretudo nas áreas das Expressões, constituem uma mais-valia significativa no processo de ensino-aprendizagem.

É também com alguma preocupação que o SPRA observa a extinção da disciplina de TIC no 9.º ano do Ensino Básico, sobretudo pela possibili-

ACORIANO ORIENTAL \* QUINTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2010

PARLAMENTO

# Deputados chumbam Lina Mendes mas PS segura secretária

OLÍMPIA GRANADA olimpia.granada@scorpioonline.pt

Todas as bancadas dos partidos da oposição com representação parlamentar - PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM - protestaram ontem à tarde contra o que genericamente apelidaram de desrespeito por parte da secretária regional da Educação.

Isto porque, durante o debate da proposta de reforma curricular do Ensino Básico apresentada pelo Governo Regional, Lina Mendes disse que “os senhores deputados não estão à altura de discutir este diploma”.

As reações não se fizeram esperar. “Quem é a senhora para passar atestados de incompetência a deputados?”, questionou o líder do grupo parlamentar do CDS-PP.

Artur Lima foi ainda mais longe e considerou que até “o mais fraquinho de todos os deputados é melhor do que a senhora” que, acrescentou, “pela desconsideração que revelou nem para secretária, nem para deputada, nem para estar sentada nesta casa tem competência”.

Palavras duras em nome do que disse ser a “defesa da dignidade desta casa e instituição”.

Na bancada do Governo, levantou-se o secretário regional da Presidência: “Podemos ser terrivelmente incompetentes nesta bancada e o senhor o ter-

**Podemos ser terrivelmente incompetentes (...), mas o que ficou claro (...)[...] que nós somos terrivelmente bem educados**

ANDRÉ BRADFORD SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

**“Os senhores deputados não estão à altura de discutir este diploma [criação do currículo regional]”**

LINA MENDES SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

**“Quem é a senhora [secretária da Educação] para passar atestados de incompetência a deputados?”**

ARTUR LIMA LÍDER DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS-PP

rivelmente mais sábio de todos, mas, o que ficou claro, depois da sua intervenção, é que nós somos terrivelmente bem educados”.

E, numa altura em que o debate em torno de uma proposta para a Educação já implicava quem a tinha ou não, as restantes forças partidárias manifestaram o seu desgasto, dando



Sindicatos de professores estão contra, oposição também mas currículo regional foi aprovado e aplica-se já em 2010/11

nota negativa a Lina Mendes. “Em vez de lições de educação, devia ter dito à senhora secretária para pedir desculpa”, disse Paulo Estêvão, do PPM, a André Bradford.

Zuraida Soares, do BE, subscreviu “inteiramente” a “indignação” de Artur Lima “independentemente da violência do protesto”.

“Quem está aqui para ter a última palavra sobre os diplomas somos nós, deputados de todos os partidos eleitos pelo voto açoriano”, considerou por sua vez o PSD, pela voz do deputado Costa Pereira.

Mais tarde, o deputado comunista Aníbal Pires apelou, “ao bom senso da senhora secretária para se redimir”.

Só que a tentativa de explica-

ção de Lina Mendes, alegando que não se referia “às questões estruturantes” mas às “específicas” pois “cada um tem o seu papel” e que o Governo quer “qualidade neste diploma”, foi entendida pelos deputados como uma repetição do que tinha dito anteriormente, só que por outras palavras. Até porque vários deputados de diferentes bancadas são professores.

Mas as surpresas do debate - que durou praticamente toda a tarde -, não se ficaram por aqui.

Após o intervalo dos trabalhos, um grupo de deputados de partidos da oposição subscreviram um requerimento que foi entregue à Mesa da Assembleia. Mas os deputados não tinham o manuscrito para que fosse aditada a votação do currículo regional, alegando o pouco tempo

que tinha sido dado à comissão para análise e devido à falta de apoio que merecia a proposta actual.

Surpreendida com este pedido, a bancada do PS pediu um intervalo regional que o PSD ainda tentou travar.

Trinta minutos depois, o grupo parlamentar socialista voltou com uma decisão e não deu o seu voto para que a proposta voltasse à comissão, evitando assim o que seria inevitavelmente entendido como quebra de confiança à secretária da Educação.

Encerrado este capítulo, passou-se à votação da proposta de currículo regional, que foi aprovada apenas com os votos do grupo parlamentar socialista. Todas as outras forças políticas votaram contra.

2 Actualidade

Correio dos Açores, 13 de Maio 2010

## Parer foi entregue ontem ao Parlamento dos Açores Sindicato considera “ilegal” currículo escolar açoriano

Os professores dos Açores consideram “ilegal” o diploma governamental entregue no Parlamento açoriano que cria o Currículo Regional no ensino por “ferir” a lei de bases do sistema educativo nacional. Refere que a proposta de legislação regional dificulta a aprendizagem quando coloca várias componentes, entre elas educação sexual e a prevenção das toxicodependências, numa única área curricular não disciplinar.

João Paç/Marília Ferreira

No encontro do presidente do Sindicato dos Professores dos Açores, António Lucas, o Currículo Nacional do ensino “salvaguarda a possibilidade de extinção de conteúdos regionais” e “retoma, realmente, a ter um currículo regional, com um desenho curricular diferente do que exige o Continente”.

O parecer que o Sindicato dos Professores dos Açores ao Currículo Regional, que foi entregue ontem na Assembleia Legislativa Regional, põe em causa alguns dos princípios e normas da proposta de legislação regional.

António Lucas começa por sublinhar que a política educativa regional no que concerne à organização e gestão curricular no ensino básico, “tem sido marcada, nos últimos anos, por uma acentuada desorientação, relativamente ao rumo que se pretende”.

O sindicato mais representativo dos professores a leccionar nos Açores já tinha posto em causa a distribuição das cargas horárias pelas diversas disciplinas e a extinção de duas áreas curriculares não disciplinares - o Estado Acompanhado e a Área de Projecto -, que foram substituídas por uma área curricularmente disciplinar, nomeada de Investigação e Apoio Multidisciplinar.

**Extintas três áreas curriculares não disciplinares**

A própria legislação de inovação pedagógica, feita também pelo anterior secretário, dita que as experiências no âmbito do ensino “deviam, como qualquer experiência, ser limitadas a uma unidade orgânica ou a um conjunto de turmas”.

O que se verificou, na altura, foi “uma experiência absolutamente generalizada com pequenas manúscritas de escola para escola”. Então, “chamamos a atenção, não só da tutela, mas também da comunidade educativa, para o facto de este ser um processo errado”.

“É a verdade”, prossegue António Lucas, “é que a actual secretária pegou



Currículo Regional posto em causa pelos sindicatos

na legislação de inovação pedagógica, distribuída em folha de Excel pelos conselhos executivos, manteve alguns aspectos e alterou outros. Ter alterações significativas ao nível do primeiro ciclo: Desapareceram uma série de áreas que eram dadas nas áreas das expressões, por outros professores que não o titular de turma, tendo ficado apenas o professor de educação física e o professor de inglês”.

O actual projecto de Currículo Regional “vai ainda mais longe ao extinguir três áreas curriculares não disciplinares. Além da Área de Projecto e da Área de Estado Acompanhado, extingue a área não disciplinar de Cidadania e substitui estas três por uma única que passa a chamar-se Cidadania onde integra também as Tecnologias de Informação e Comunicação”.

No encontro do presidente do sindicato, a extinção da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação vai criar dificuldades à mobilização

dos alunos dos Açores para o Continente. Apresenta como exemplo um aluno que está nos Açores num ano lectivo e que a razão do ano tem de ser transferido por razões familiares para o Continente e é aí no Continente que se prevê a possibilidade de estudar outras competências regionais para além das competências definidas no âmbito nacional”.

Além porque estes conteúdos “são trabalhados muito mais em função de, às vezes, alguma carizol dos professores”.

Contra competências regionais

As competências são definidas a nível nacional e elas integram o currículo. Ora, prossegue António Lucas, com o diploma do Currículo Regional, “fica em aberto a possibilidade de através de um decreto parlamentar o governo açoriano definir competências regionais, o que não tem sentido porque as competências são nacionais para o ensino básico e são aprovadas pelo Ministério da Educação”.

Resumindo, conclui António Lucas, “Considerar ter toda a pertinência que os Açores pudessem ter tratamentos de conteúdos de índole regional dentro do currículo nacional, mas não um currículo regional que se afasta, em alguns aspectos, do currículo nacional”.

LINA MENDES DIZ QUE ESPECIALISTAS PERCEBEM MAIS DO ASSUNTO QUE OS DEPUTADOS

## Currículo regional “aquece” parlamento



DEBATE no parlamento açoriano sobre o currículo regional foi acalorado

Lina Mendes disse que quem percebe de assuntos como o currículo regional são os especialistas e não os deputados. Parte da oposição não gostou e protestou.

Lina Mendes disse que apenas pretendeu realçar que “os especialistas têm mais competências que os deputados” para analisar a matéria em discussão. A proposta de diploma do currículo regional mereceu a contestação de toda a oposição que acusou o Governo Regional de não ter em consideração os pareceres da comunidade educativa.

A secretária regional da Educação e Formação, Lina Mendes, disse ontem no parlamento açoriano que matérias como o currículo regional devem ser tratadas por especialistas porque percebem mais do assunto que os deputados. A afirmação de Lina Mendes foi efetuada no âmbito da discussão de uma proposta de alteração do currículo regional que ontem decorreu na Assembleia Legislativa. O líder do CDS/PP, Artur Lima, considerou as palavras

de Lina Mendes como “um atestado de incompetência” aos deputados e acusou a titular da pasta da Educação do Governo Regional de “falta de respeito pelo parlamento”. “A senhora é mais incompetente que o mais limitado dos deputados e não sabe o que é a democracia”, disse. O deputado do PPM, Paulo Estêvão, exigiu “um pedido de desculpas” da secretária da Educação pela forma como se dirigiu ao parlamento. Numa segunda intervenção,

→ dade de deslocação, durante o ano lectivo, de alunos da Região para o Continente, sem terem tido, no seu percurso escolar, a referida disciplina.

### Primeiro passo para o sucesso de qualquer reforma educativa é o da sua experimentação

Quase a terminar, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que a presente proposta de Decreto Legislativo Regional deveria centrar-se na inclusão de conteúdos de índole regional que reforçassem as competências definidas no currículo nacional e contribuíssem para que os alunos dos Açores tivessem um conhecimento mais profundo do local que habitam. Para além de se opor, na generalidade, ao presente diploma, o SPRA considera que a sua aplicação e posterior regulamentação deveriam ser experimentais ou, no limite, iniciadas nos

primeiros anos de cada ciclo do Ensino Básico.

“O primeiro passo para o sucesso de qualquer reforma educativa é o da sua experimentação; o segundo é, sem dúvida, o da respectiva avaliação e o terceiro, em função dos resultados desta, o da sua eventual generalização. Passos essenciais de quem conhece o caminho que pretende percorrer! Esta não foi, certamente, a actuação das Secretarias Regionais da Educação e Cultura/Ciência, nem tem sido a da Secretaria Regional da Educação e Formação (SREF)”, conclui a Direcção sindical.◆

SEGUNDO NUNO CRATO

# Currículo e provas regionais desprovidos de sentido

O presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática, Nuno Crato, não vê sentido na criação do Currículo Regional dos Açores, nem nas provas de avaliação feitas pela tutela educativa açoriana.

**Humberta Augusto**  
(Texto e fotos)  
haugusto@uniaio.com

O currículo regional e as provas de avaliação regionais não fazem qualquer sentido para a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM).

Na sua deslocação aos Açores, no último fim-de-semana, por via de numa iniciativa do Departamento de Matemática da Universidade dos Açores, Nuno Crato, presidente da SPM, referiu concordar com uma adaptação de conteúdos, mas não com a vigência de um currículo regional próprio dos Açores: “julgo que não faz sentido haver currículos regionais, faz sentido haver currículos

nacionais”, referiu o presidente da SPM.

O pró-reitor para a Cultura Científica da Universidade Técnica de Lisboa admite que “faz sentido que haja alguma adaptação de algumas matérias, mas daí a serem currículos regionais, creio que vai uma grande distância”.

Recordamos que o novo currículo regional para a educação básica foi aprovado na passada semana pela Assembleia Legislativa Regional.

Segundo o especialista, os currículos regionais podem ser “perniciosos”, quando desenvolvidos “sem moderação”.

Questionado sobre o facto de as Provas de Avaliação Sumativas Externas,



as PASE, nos Açores, serem feitas pela direcção regional da Educação, Nuno Crato questiona o seu sentido: “não vejo sentido nenhum em dedicar um esforço regional a provas regionais”.

O presidente da SPM,

reconhece desconhecer as provas em si, mas adiantou o seguinte: “tenho ouvido dizer que as provas regionais têm alguns erros. Se as provas regionais fossem feitas para corrigir as nacionais – que são muito mal feitas – faria algum

sentido, mas infelizmente parece que não é isso que acontece”.

### Excesso de Estado na Educação

Nuno Crato criticou a “interferência excessiva”

dos governos, nacional e regional, na educação: “acho que a interferência do governo é muito excessiva no continente e arrasta-se às ilhas. O governo devia limitar-se a definir objectivos gerais e promover a avaliação de resultados. Os governos habitualmente têm feito o contrário, que é, promovem mal, ou não promovem, a avaliação de resultados e interferem na maneira de ensinar dos professores nos mais ínfimos pormenores de organização da escola”.

O professor do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em Lisboa, é peremptório ao afirmar que “o governo mete-se demais na educação”, criticando-o de “trabalhar mais para a estatística do que para a qualidade da educação”.

“O Ministério da Educação não avalia resultados, ele controla processos”, reiterou.

# Uma aventura no Ministério da teimosia...

## Ministra da Educação condenada por desobediência ao tribunal

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja condenou (6/5/2010) a Ministra da Educação por desobediência ao próprio Tribunal. Assim, o referido Tribunal, de acordo com cópia recebida pela FENPROF e enviada pelo TAF de Beja, decidiu:

*“1. Condeno a Senhora MINISTRA DA EDUCAÇÃO no pagamento de sanção pecuniária compulsória, cujo montante diário fixo em 8% do salário mínimo nacional mais elevado em vigor, por cada dia de atraso para além de 2010-05-04 até ao dia em que nos presentes autos seja feita prova de que foi dado integral cumprimento ao decidido provisoriamente na decisão final do incidente, de fls. 171 a 191 do processo cautelar n.º 95/10.9BEBJA: cfr. art.º 3.º n.º 2, art.º 122.º, art.º 127.º n.º 2 e art.º 169.º todos do CPTA;*

*2. Ordeno a extracção de certidão da presente decisão, bem como da decisão final do incidente, de fls. 171 a 191 do processo cautelar n.º 95/10.9BEBJA e, o seu envio à Digna Magistrada do Ministério Público junto deste Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, para apuramento da(s) responsabilidade(s) a que, eventualmente, haja lugar: cfr. art.º 127.º n.º 3 e art.º 159.º do CPTA.*

*Custas pelo Executado, Entidade Requerida no processo cautelar n.º 95/10.9BEBJA.”*

Confirma-se, como a FENPROF havia afirmado, que num Estado de Direito Democrático ninguém está acima da lei ou isento de respeitar decisões do poder judicial.

### AR aprova recomendação ao Governo para que retire avaliação do concurso

Entretanto, a Assembleia da República aprovou (20 de Maio), com os votos favoráveis de CDS, PSD, PCP,



Concentração junto à residência oficial do 1.º Ministro - protesto relativo à integração da avaliação para o Concurso de Docentes

PEV e BE, tendo o PS votado contra, uma Recomendação ao Governo no sentido de a avaliação não ser considerada no concurso como factor de graduação profissional dos docentes.

“Face a este isolamento cada vez maior do Governo nesta matéria, que espera o Ministério da Educação para tomar as medidas necessárias à publicação das listas graduadas de ordenação de candidatos sem que a avaliação seja considerada?!” – interrogava a FENPROF em 20 de Maio.

Como se sabe, por informação prestada pelo próprio Ministério da Educação, está tudo preparado para que tais listas sejam elaboradas sem que se considere a avaliação. Só a teimosia dos governantes, que foram alertados,

há muitos meses, para os problemas que adviriam da consideração da avaliação no concurso, tem atrasado o normal desenvolvimento do mesmo, cujas listas ordenadas provisórias já deveriam ter sido publicadas em 13 de Maio, ou seja, há uma semana. No ano transacto, aquelas listas foram divulgadas em 19 de Maio, tendo as colocações sido conhecidas praticamente em cima do início do ano escolar.

O atraso a que, por mera obstinação, o Ministério da Educação sujeitou esta fase do concurso, poderá repercutir-se no início do próximo ano escolar com milhares de docentes ainda por colocar, alerta uma nota divulgada pelo Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).♦

## Processo de candidatura ao concurso para o continente

# SPRA assume, com determinação, defesa dos docentes em exercício de funções na Região

Numa atitude inesperada e incompreensível, o Ministério da Educação (ME), no processo de concurso para o continente, discrimina os docentes em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores (RAA), ao não considerar a avaliação dos Professores que trabalharam e foram avaliados nos Açores, no ano lectivo 2008/2009, para efeitos da candidatura ao concurso 2010/2011 e ao impossibilitar os docentes dos quadros desta Região de concorrerem ao Destacamento por Condições Específicas, contrariando todo o quadro legal e a prática de concursos anteriores.

Esta atitude discriminatória colheu de surpresa o Sindicato dos Professores da Região Açores e a FENPROF, que, desde a primeira hora, assumiram intransigentemente a defesa dos docentes em exercício de funções na RAA, recorrendo a diversos meios políticos e legais, junto do ME, da DGRHE e da SREF, bem como dos tribunais, para que fosse reposta a legalidade e eliminada esta gravíssima injustiça.

Sempre na luta pela igualdade de oportunidades dos docentes em todo o território nacional, o SPRA desenvolveu várias acções, das quais destacamos (*ver caixa ao lado*).

Num acompanhamento atento e activo do processo de candidatura ao concurso para o continente, a FENPROF desenvolveu inúmeras acções para que fossem travadas as ilegalidades e injustiças a que os docentes estavam a ser sujeitos, das quais destacamos a interposição de duas Providências Cautelares nos Tribunais Administrativos e Fiscais de Coimbra e de Beja. Em consequência desta última, foi a avaliação do desempenho, provisoriamente, retirada do processo de concurso, tendo a Ministra da Educa-

ção sido condenada por desobediência, ao não ter acatado, prontamente, a ordem do tribunal.

**O SPRA continuará, com determinação, a sua luta pela dignificação e valorização da profissão docente e pela defesa inflexível dos direitos e deveres daqueles que representa.♦**

Clara Torres  
Vice-Presidente do  
SPRA



Presidente do SPRA entrega abaixo-assinado na SREF: **DOCENTES QUE TRABALHAM NOS AÇORES NÃO PODEM SER DISCRIMINADOS**

## Cronologia das acções de luta travadas pelo SPRA no âmbito do acesso dos professores dos Açores ao Concurso Nacional

- **2010-04-13** – Ofício enviado à DGRHE – Candidatura ao Destacamento por Condições Específicas – Docentes RAA
- **2010-04-15** – Ofício enviado à SREF – Concurso de Professores para o Continente
- **2010-04-19** – Ofício enviado à DGRHE – Candidatura à contratação e Destacamento por Condições Específicas – Docentes em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores
- **2010-04-19** – Nota à Comunicação Social – *O SPRA contesta a discriminação a que estão sujeitos os docentes em exercício de funções na RAA no concurso de pessoal docente do continente*
- **2010-04-30** – Lançamento, na página do SPRA, do Abaixo-Assinado – **OS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS AÇORES NÃO PODEM SER DISCRIMINADOS**
- **2010-04-30** – Ofício enviado à SREF – Concurso de Professores para o Continente
- **2010-04-30** – Nota à Comunicação Social – *Volte-face do Ministério da Educação*
- **2010-05-04** – Nota à Comunicação Social – *SPRA entrega Abaixo-Assinado à SREF*
- Entrega do Abaixo-Assinado, **OS PROFESSORES QUE TRABALHAM NOS AÇORES NÃO PODEM SER DISCRIMINADOS**, à Secretária Regional da Educação e Formação.♦

## Pareceres do SPRA

Proposta do Grupo Parlamentar do PS/Açores

# Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores de “difícil exequibilidade”

**Em parecer divulgado no passado dia 5 de Maio, o Sindicato dos Professores da Região Açores considerou pertinente a introdução de um Programa de Educação para o Empreendedorismo, tendo como público-alvo os alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensinos Secundário e Profissional.**

A Direcção sindical, no entanto, chama a atenção dos Deputados para três aspectos fundamentais:

1. O Programa de Educação para o Empreendedorismo deve ser acompanhado de um plano de formação de pessoal docente no âmbito da matéria em apreço;

2. O referido Programa, no Ensino Básico, segundo o Projecto de Resolução em apreciação, deve ser “integrado” na Área Curricular Não

Disciplinar de Investigação e Apoio Multidisciplinar (I.A.M.), a qual tem como objectivos “*as metodologias de projectos, desenvolvendo-se um trabalho que concorra para a autonomia do aluno, o desenvolvimento das competências de investigação e da literacia digital, sempre numa perspectiva da utilização e mobilização dos saberes*”;

3. A nova Matriz Curricular do 3.º Ciclo do Ensino Básico, consubstanciada no Despacho n.º 858/2009, de 30 de Julho, em vigor no presente ano lectivo, não contempla a disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação (T.I.C.) no 9.º ano, ao contrário do que acontece ao nível do Continente e da Região Autónoma da Madeira. Assim, na Região Autónoma dos Açores, a Matriz Curricular recomenda que os conteúdos desta disciplina sejam ministrados na Área Curricular Não Disciplinar de I.A.M., incom-



preensivelmente, apenas nos 7.º e 8.º anos, uma vez que a disciplina de I.A.M. não integra o currículo do 9.º ano.

**Embora considere a iniciativa válida, o SPRA alerta, em nota divulgada a partir de Angra do Heroísmo, para a sua “difícil exequibilidade”, tendo em conta, nomeadamente, “a sobrecarga de conteúdos e tarefas que estão adstritas à Área Curricular Não Disciplinar de Investigação e Apoio Multidisciplinar”.**◆

Proposta da Representação Parlamentar do PCP/Açores sobre a gestão da Escola Profissional de Capelas

## Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2010 que pretende a revogação do Dec.Regulamentar n.º 5/2010/A de 24 de Março

**O Sindicato dos Professores da Região Açores considera que as matérias plasmadas no Decreto Regulamentar n.º 5/2010/A, de 24 de Março, estão abrangidas pelos direitos de negociação colectiva, tendo o Governo Regional violado esse direito ao não convocar os sindicatos para o processo negocial, destaca o parecer recentemente emitido pelo SPRA**

“Os valores da democracia e do pluralismo começam por ser ensinados e promovidos na Escola. Ora, o Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março, é, sem dúvida, um mau exemplo para uma sociedade que pretendemos cada vez mais participativa e mais democrática”, realça a posição sindical, que acrescenta:

“O referido Decreto Regulamentar segue o sentido inverso dos princípios gerais definidos no Decreto Legislativo Regional que estabelece o Regime Jurídico da Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, aprovado pelo DLR n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelo DLR n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro,

alterado pelo DLR n.º 17/2010/A, de 13 de Abril, ao inviabilizar a eleição, pela comunidade educativa, do órgão de gestão”.

### Escola Profissional de Capelas

Além de lamentar que o Governo tenha interditado o regime de gestão democrática à Escola Profissional de Capelas, que, curiosamente, foi a única escola pública da Região que nunca testou este regime durante a sua existência, o SPRA considera que a **revogação do referido Decreto Regulamentar será um passo significativo para a reposição da legalidade e para a defesa de uma escola pública democrática e de qualidade.**◆

*Educação e Ensino Especial na Região Autónoma dos Açores*

# Impõe-se uma nova organização educativa para uma resposta verdadeiramente inclusiva

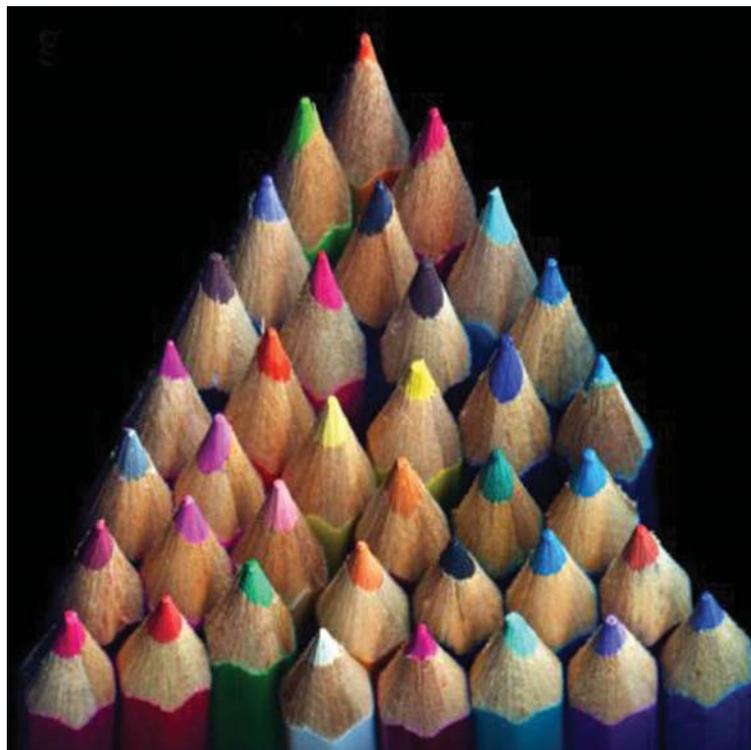
**“Nos últimos 10 anos, na Região Autónoma dos Açores, a Educação Especial sofreu sucessivas alterações, com a publicação de variadíssimos diplomas que, gradualmente, foram subvertendo os princípios da escola inclusiva, que deveria nortear este sector da Educação, construindo, assim, um sistema em que, cada vez mais, a exclusão é a regra. Este processo destrutivo tem o seu pico em 2006, com a publicação do Decreto-Legislativo Regional nº15/2006/A, que consagrou os critérios clínicos, consubstanciados na CIF, alterando a definição de Necessidades Educativas Especiais preconizada na Declaração de Salamanca, afastando da Educação Especial todos os alunos que não se enquadram na *classificação da CIF*.”**

O alerta é dado pela Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), reunida na cidade da Horta, no passado dia 21 de Maio.

“Ao longo dos anos, foram sendo criados programas especiais, para os quais têm vindo a ser encaminhados os alunos com Necessidades Educativas Especiais, muitos deles não considerados, oficialmente, como tal e empurrados para verdadeiros “guetos”, dentro das próprias Escolas, muitos localizados em corredores ou zonas específicas”, observa o SPRA.

“Até ao ano lectivo de 2000/2001”, recorda a tomada de posição sindical, “apenas existiam, nas Escolas desta Região, algumas (pocas) turmas do Ensino Recorrente (especialmente para alunos com retenções repetidas) e alguns cursos do PROFIJ (Programa Formativo para Inserção de Jovens), vocacionados para a vida activa, com características diferentes das que actualmente se verificam”.

“Estes cursos”, recorda o Sindicato, “destinavam-se, fundamentalmente, aos alunos que não pretendiam prosseguir estudos (de nível secundário ou superior) e que, assim, podiam mais facilmente ingressar no mercado do



trabalho. Nos últimos anos, tem-se verificado uma deturpação destes objectivos, o que aumentou a tendência para encaminhar para estes cursos os casos de insucesso, muitos deles resultantes de verdadeiras Necessidades Educativas Especiais, não reconhecidas oficialmente.”

Em 2001/2002, começam a ser aplicados os Programas *Cidadania* e *Oportunidade*. O primeiro destinava-se especificamente a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, englobando vários sub-programas com características diferentes, nos quais, de um modo geral, os alunos partilhavam algumas aulas e/ou alguns



→ espaços com os restantes alunos. Um destes sub-programas Cidadania regulamentava a Intervenção Precoce, que já vinha sendo implementada pelos docentes de Educação Especial. O Programa Oportunidade enquadrava-se nos Programas Específicos de Recuperação da Escolaridade (PERE), destinados a alunos que não completaram o 1.º ciclo ou o 2.º ciclo dentro da idade prevista e que passaram a ser encaminhados para o estabelecimento de ensino em que se ministra o ciclo seguinte. A idade limite para o 1.º ciclo, que, em 2001, era de 12 anos, em 2007, passa para 10 anos.

De acordo com a Portaria n.º 76/2009, de 23 de Setembro, Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos (RGAPA), actualmente, as crianças que atingem os 10 anos, excepcionalmente os 11, mediante determinadas condições e a pedido do/a Encarregado/a de Educação, sem ter completado o 1.º ciclo, são retiradas da sua escola, do seu grupo e da sua freguesia, para se deslocarem para a escola que ministra o 2.º ciclo, onde são agrupadas com as outras crianças de outras escolas e freguesias, desrespeitando, mais uma vez, as suas necessidades educativas específicas e aí permanecendo, até conseguirem

obter as respectivas competências. Quase sempre são depois integrados em novos Programas Específicos, uma vez que já ultrapassaram a idade para completar o 2.º ciclo e encaminhadas



para o estabelecimento onde se lecciona o 3.º ciclo. A maior parte nunca chega a ser integrada no ensino regular nem a completar a escolaridade obrigatória, atendendo a que tal integração, nos diversos ciclos, obedece, normalmente, a factores etários, sem que sejam facultados, em tempo útil, os apoios necessários à superação das suas dificuldades de aprendizagem, no respeito pela sua individualidade e contexto sócio-cultural, esclarece o SPRA.

### A partir do ano lectivo de 2006/2007...

Recorda a Direcção sindical: “A partir do ano lectivo de 2006/2007, o Programa Cidadania desaparece, sendo substituído pelas Unidades Especializadas com Currículo Adaptado (UNECA), destinadas especificamente aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, que agora são retirados do convívio com os outros alunos, passando a integrar turmas especiais, que juntam alunos de diferentes idades e diversas tipologias.”

Subsistem, entretanto, os PERE, com as mesmas características.

“Todas estas turmas especiais (PROFIJ, PERE, UNECA), agrupadas, normalmente, numa mesma área da Escola, têm gerado a marginalização destes alunos, o aumento de problemas graves de indisciplina e contribuído para o insucesso e abandono escolares e para a desmotivação dos professores, nem sempre os mais experientes, ou melhor, quase sempre

→ os mais novos. Actualmente, a Intervenção Precoce é referida no Decreto-Legislativo Regional nº15/2006/A, mas carece de regulamentação de procedimentos que permitam a sua implementação. Parece não existir a articulação desejada entre a Secretaria da Educação e Formação e a Secretaria da Saúde”, lê-se ainda no documento divulgado pelo SPRA, a partir da Horta.

### Cenário preocupante

O Sindicato chama a atenção dos responsáveis políticos, das comunidades educativas e da opinião pública, em geral, para esta situação: “Sobretudo no âmbito da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico ainda existem alunos com NEE integrados nas turmas, muitas vezes com excessivo número de alunos, ainda com grandes insuficiências relativamente aos apoios, ao pessoal docente e técnico especializado e aos/às assistentes educativos/as. Os docentes que prestam apoio aos alunos com necessidades educativas especiais também fazem substituição de professores, pelo que não conseguem fazer o trabalho sistemático que estas crianças requerem para progredir.”

“Toda esta legislação, de uma maneira geral, contém preâmbulos que fazem a apologia da Escola Inclusiva, que, na realidade, não se concretiza no articulado”, regista a tomada de posição do SPRA, que acrescenta:

“Partindo desta realidade marcada por uma política economicista e de **exclusão**, a Direcção do SPRA concluiu que se impõe uma nova organização educativa para uma resposta verdadeiramente inclusiva”.

“É neste sentido” que o SPRA entendeu apresentar um conjunto de medidas objectivas, “a reivindicar junto da SREF”.◆

(*ver caixa ao lado*)

## 20 propostas do SPRA

- Avaliação da eficácia das medidas do Regime Educativo Especial que têm vindo a ser implementadas;
- Promoção do debate sobre as características e os conteúdos dos diversos programas elaborados no âmbito da aplicação das medidas: adaptações curriculares; currículo individual adaptado, turma com currículo adaptado; programas específicos do Regime Educativo Especial e dos Programas de Educação e Ensino Especial;
- Abandono do actual conceito de Necessidades Educativas Especiais, em favor do que é preconizado pela Declaração de Salamanca;
- Regulamentação e reimplantação da intervenção precoce, sob a tutela da SREF;
- Criação de uma verdadeira equipa pluridisciplinar nas Unidades Orgânicas, possibilitando a implementação de respostas educativas adequadas aos alunos;
- Regulamentação da articulação entre a Escola, a Saúde e os Serviços de Acção Social;
- Introdução de conteúdos específicos relacionados com as Necessidades Educativas Especiais e com a Educação e o Ensino Especial, na formação inicial de Professores e Educadores;
- Formação especializada em Educação e Ensino Especial;
- Formação contínua específica na área da Educação e Ensino Especial;
- Formação contínua com ênfase no uso de metodologias facilitadoras de respostas inclusivas;
- Dotação das Unidades Orgânicas de meios que permitam aos docentes de Educação e Ensino Especial participar nos Fóruns promovidos pela SREF (ou por outras entidades), como, por exemplo, “As Boas Práticas em Educação Especial”;
- Adequação dos actuais quadros de Educação e Ensino Especial às necessidades reais (alargando a outros técnicos) das Unidades Orgânicas;
- Criação do Departamento de Educação Especial, atendendo a que é um grupo de recrutamento específico que abrange vários ciclos de ensino e várias áreas de especialização;
- Distinção clara entre o papel do professor de apoio educativo a alunos com Necessidades Educativas Especiais, com carácter sistemático, e o dos professores de apoio e substituição de professores em falta ao exercício das suas funções docentes. Durante o tempo em que estes profissionais não se encontrem em substituição dos colegas, poderão elaborar projectos de intervenção que beneficiem toda a comunidade escolar;
- Revisão dos horários dos docentes de Educação e Ensino Especial, devendo a sua componente lectiva ser de 20 horas, independentemente do nível de ensino ou do ciclo;
- Integração na componente lectiva da avaliação directa dos alunos com NEE, ficando na componente não lectiva apenas os aspectos processuais;
- Definição clara e objectiva dos conteúdos da componente não lectiva de estabelecimento;
- Redução de alunos por turma;
- Redução de alunos com Necessidades Educativas Especiais por turma
- Reposição do subsidio de especialização, à semelhança do que é praticado no todo nacional (continente e Madeira).◆



## Superior

# Finalmente criadas as condições para a redução drástica da precariedade no sector

Em resultado da luta dos docentes e do apoio conseguido junto dos grupos parlamentares da oposição, para os quais a FENPROF desempenhou um papel central, ao pôr em prática uma estratégia que se revelou ser a adequada, foram finalmente publicadas no “D. R.” as alterações aos diplomas que procederam recentemente à revisão das carreiras docentes universitária e politécnica.

Estas alterações são mais pronunciadas no ECPDESP, pela consagração de um sistema de transição bastante mais justo do que aquele que o Governo, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), pretendia impor aos docentes com contratos precários, que constituem a larga maioria no Politécnico, sublinha uma nota recentemente divulgada pelo Secretariado Nacional da FENPROF, que acrescenta:

“Outras alterações importantes são a que substitui a exigência de uma maioria de 2/3 para a aprovação no final do período experimental dos professores auxiliares e adjuntos, pela maioria dos membros em efectividade de funções; a que consagra a obrigatoriedade de compensação de cargas lectivas excessivas e, no ECDU, a que atribui aos assistentes universitários mais um ano de vigência do direito a passarem a professores auxiliares, após o doutoramento.”

A FENPROF tudo fará a partir de agora para mobilizar os docentes nas escolas no sentido de garantir que as medidas aprovadas sejam adequada e efectivamente levadas à prática, em particular, as relativas à transição para contratos por tempo indeterminado no Politécnico e as respeitantes ao cumprimento dos novos limites estabelecidos para os lugares de professor de carreira, nas diferentes categorias, que correspondem a um alargamento significativo dos actuais.

“Termina, assim, com a entrada em vigor das leis aprovadas na Assembleia da República, o processo de revisão



João Cunha e Serra,  
Coordenador do Superior da FENPROF

das carreiras docentes do ensino superior, ficando agora apenas a faltar a revisão da carreira da investigação científica”, destaca a nota sindical.

“Nem todas as reivindicações dos docentes foram alcançadas neste processo, apesar da acção dos docentes e dos sindicatos. Continuarão a ser objectivos de luta da FENPROF a alcançar futuramente”, observa ainda a Federação.◆

(Os textos legislativos integrais estão disponíveis em: [www.fenprof.pt/superior](http://www.fenprof.pt/superior))



## Por um Mundo Livre de Armas Nucleares!

Apelo divulgado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), tendo em conta a Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear,

realizada em Maio, em Nova York.



A paz e a segurança mundial permanecem ameaçadas por 26.000 armas nucleares, prontas a utilizar ou armazenadas.

O horror de Hiroshima e Nagasaki recordam-nos que as armas nucleares destroem instantaneamente inúmeras vidas humanas, atormentam as gerações futuras e devastam as sociedades atingidas.

Pela sobrevivência da espécie humana, pelas gerações futuras, queremos um mundo livre de armas nucleares, que deve ser alcançado através de acções de cooperação internacional em prol da paz.

Com a realização da Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, que se reuniu sob os auspícios das Nações Unidas, em Nova York, de 3 a 28 de Maio, e tendo como objectivos banir de imediato o desenvolvimento e a instalação das armas nucleares e finalmente eliminá-las em todo o mundo, apelamos,

- A que os Estados detentores de armas nucleares declarem que não ameaçarão ou não utilizarão a arma nuclear contra qualquer outro Estado;

- À total interdição dos ensaios nucleares e do desenvolvimento de armas nucleares

- À proibição da militarização do espaço;

- A um compromisso universal e à concretização de acções efectivas e coerentes pelo desarmamento nuclear;

- À interdição absoluta e à destruição de todas as armas nucleares e de destruição massiva, armas de terror e de extermínio em massa de populações;

- À aplicação de medidas que promovam a segurança mundial, com a desmilitarização das relações internacionais e o desarmamento global e controlado.◆



10.º Congresso Nacional dos Professores

# Uma FENPROF preparada para os desafios do presente e do futuro

“A luta tem sido o caminho percorrido por todos quantos continuam empenhados numa verdadeira mudança. Estes são os que não desistem; é com eles que a situação se alterará”. Esta breve passagem da resolução aprovada pelos delegados sintetiza a *mensagem* que saiu do 10.º Congresso Nacional dos Professores, realizado na cidade alentejana de Montemor-o-Novo, nos dias 23 e 24 de Abril – um grande Congresso de unidade, luta e inter-

venção, rumo ao futuro.

As intervenções, as moções, a resolução, o plano de acção, a eleição dos órgãos da Federação, a expressão da solidariedade, com a presença de convidados de vários países e o debate daqueles dois dias, não esquecendo a Conferência Internacional realizada a 22 de Abril, foram pontos altos de uma das maiores assembleias sindicais do País, mobilizando um milhar de participantes, entre delegados e convidados (nacionais e estrangeiros), e em que o

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) deu, de novo, o seu contributo determinado.

Como afirmou, na sessão de encerramento, o reeleito Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, “vamos daqui mais fortes; vamos daqui com uma certeza: a de que temos muitas lutas pela frente, muitos combates por travar, muitos desafios por ganhar, muitos ganhos por obter, muita escola por construir...” O 10.º Congresso trabalhou nesse sentido.

JPO



**António Lucas, na tribuna do 10º Congresso da FENPROF:**

## A acção do SPRA e os desafios que se colocam aos docentes e à escola pública

**“A forte determinação do SPRA e um longo processo negocial permitiram que, na Região Autónoma dos Açores, se mantivesse uma carreira docente única e sem constrangimentos administrativos nas progressões”, lembrou António Lucas, na tribuna do 10º Congresso da FENPROF, em Montemor-o-Novo.**

Num breve enquadramento histórico da acção, da unidade e da luta dos professores e educadores portugueses, o Presidente da Direcção do SPRA começou por abordar os difíceis tempos da ditadura do “Estado Novo”, período que “também para os professores portugueses representou uma verdadeira mordaza no âmbito da reflexão e desenvolvimento da profissão docente, apesar das resistências de alguns pedagogos, como Bento de Jesus Caraça, Rui Grácio e Irene Lisboa, entre outros”.

“Caiu-se num limbo apático, claramente condicionado pelos desígnios políticos da ditadura”, registou António Lucas, que referiu noutra passagem:

“Apenas no começo da década de 70 do século passado, se inicia um movimento de contestação, ligado essencialmente a questões salariais, vínculos, degradação sócio-económica da classe docente e ao direito de livre associação. Esta contestação teve como rosto os Grupos de Estudo de Pessoal Docente, que estarão, após o 25 de Abril, na génese do movimento sindical docente.”

### **Uma década de desinvestimento na escola pública**

O dirigente sindical evocou aqueles momentos da História para “fazer o paralelismo com a situação de que a

classe docente tem sido alvo, nos últimos dez anos”, alertando para os “desequilíbrios criados no mercado de trabalho, associados a uma política de uma década de desinvestimento na escola pública e de agravamento das condições de trabalho e precariedade.”

“Na última década”, prosseguiu António Lucas, “assistimos à extinção de largas centenas de escolas do 1º ciclo e à constituição de mega-agrupamentos, à desregulamentação dos horários de trabalho, à divisão da carreira docente e à impossibilidade de mais de dois terços dos professores chegarem ao topo da carreira, ao fim





→ da gestão democrática das escolas, à introdução da CIF na Educação Especial e ao afastamento de milhares de alunos do regime educativo especial e, conseqüentemente, dos apoios educativos, ao congelamento de dois anos, quatro meses e dois dias de tempo de serviço e a níveis de precariedade só verificados antes de 1974”.

E afirmou mais adiante:

“A acção dos professores no âmbito da Plataforma Sindical, claramente liderada pela FENPROF, conseguiu inverter, de alguma forma, esta tendência, as mega manifestações, que, certamente, tiveram profundos efeitos do ponto de vista político, contribuíram de forma indelével para o quadro parlamentar que temos hoje

e contribuíram para que a nova equipa ministerial se sentasse à mesa das negociações”.

Sublinhando que “de momento, as alterações mais visíveis que decorrem do acordo de Janeiro passado são o fim da divisão da carreira em professores e titulares, a possibilidade de todos os docentes chegarem ao topo e as alterações ao regime de avaliação do desempenho, conquistas em que poucos acreditavam apenas há um ano atrás”, o Presidente do SPRA observou que, o referido Acordo, no entanto, “permitiu abrir portas para a discussão de outras matérias fundamentais, como os horários de trabalho, concursos e gestão”.

### Os ataques aos professores na Região

“Na Região Autónoma dos Açores, à semelhança do restante território nacional, também foram realizados fortes ataques à profissão docente e aos seus sindicatos”, salientou António Lucas.

## Abandono, insucesso, baixas qualificações

Portugal, na Educação, chega a 2010 com a certeza de terem sido desperdiçadas muitas oportunidades. A preocupação dos governantes orientou-se para que se fabricassem resultados rápidos



que favorecessem exibições ao nível das estatísticas, fazendo parecer o que raramente era. Tal não permitiu que se combatessem efectivamente e com êxito as principais chagas que afectam a Educação no nosso país: o abandono, o insucesso, as baixas qualificações. E vejamos, a título de exemplo, que, enquanto, na OCDE, a taxa de permanência na escola dos jovens com 16 anos é de 91%, em Portugal, essa taxa, no 3º Ciclo do Ensino Básico (12 aos 15 anos), é de apenas 82,5%. O Ensino Secundário é somente frequentado por 60% dos jovens portugueses que deveriam permanecer na escola e a taxa global de retenção e abandono, neste sector de ensino, é de 22,4%, atingindo, no 12.º ano, os 35,2% (dados de 2007/2008).♦

Da Resolução



Nos dias 22 e 23 de Abril, participei, pela primeira vez, como Delegada, no X Congresso da Fenprof, realizado em Montemor-o-Novo. Foram dois dias intensos, pelo trabalho desenvolvido e pelas emoções vividas.

Foi muito bom, por vezes emocionante, fazer parte deste vasto conjunto de pessoas, várias centenas, que, durante dois dias, estiveram reunidas em torno dos mesmos objectivos: dar valor aos professores, melhorar o exercício da profissão docente, construir o futuro.

Apreendi muito neste Congresso e tenho a certeza de que a frase proferida por Mário Nogueira na sessão de encerramento reflecte o sentimento de todos os congressistas: “Saímos daqui mais bem preparados e mobilizados para travarmos os combates que nos permitirão revalorizar a profissão, valorizar a Escola Pública, garantir um futuro melhor”.♦

Fernanda Alves



### Um Congresso a Olhar o Futuro!

O Congresso realizado nos dias 23 e 24 de Abril, em Montemor-o-Novo, foi, sem dúvida, pautado por reflexões concertadas, por intervenções conseqüentes e denunciadoras de uma política educativa desajustada e desmotivadora para toda a classe docente, que, por conseguinte, constitui um sublinhado entrave à verdadeira construção do sucesso educativo.

Participar neste Congresso, onde são abordadas temáticas actuais e questões pulsantes do Ensino em Portugal, constitui, de facto, uma oportunidade verdadeiramente significativa e motivadora para, num contexto político - educativo preocupante e de acentuada arrogância, unirmo-nos numa acção reivindicativa que exija e projecte uma maior valorização da Escola Pública.♦

Leonor Meneses

## Desvalorização do trabalho, degradação de serviços públicos



A apreciação que fizemos da actual situação foi consensual, tendo ficado ainda mais claro para todos nós que os alicerces em que se suportam as actuais políticas edu-

cativas são os mesmos que sustentam o PEC e o OE 2010. Políticas que têm como consequência a desvalorização do trabalho, a degradação de serviços públicos no quadro de uma desvalorização progressiva das funções sociais do Estado, que apenas beneficiam os que pretendem aumentar os seus lucros também através da criação de mercados que visam transformar as funções sociais e os serviços públicos em produtos que se compram e vendem em empresas da especialidade. É nesse sentido que aponta o Acordo Geral de Comércio e Serviços, que a Organização Mundial do Comércio pretende que se concretize; é contra esse rumo que temos de dirigir a nossa indignação e o nosso protesto; é noutro sentido que temos de elaborar as propostas por que nos bateremos. ♦

*Da intervenção de Mário Nogueira, na sessão de encerramento*



“Sobretudo a partir de 2001”, registou o dirigente sindical, “a tutela apostou claramente na poupança nas despesas fixas com pessoal docente e não docente e canalizou grande parte destas verbas para a renovação do parque escolar.”

Entre outras medidas, apontou, “consolidou-se o processo, iniciado em 1999, de criação de agrupamentos verticais nas escolas dos Açores e o conseqüente encerramento de inúmeras escolas do 1º Ciclo, verificou-se o aumento do *ratio* alunos/pessoal auxiliar, alterou-se o regime educativo especial, reduzindo significativamente o número de alunos por ele abrangidos e, no âmbito das alterações ao ECD, foram tomadas as mesmas medidas gravosas do continente, no que diz respeito a horários de trabalho e a reduções da componente lectiva por antiguidade”.

### O que foi possível defender

Depois de afirmar que “a forte determinação do SPRA e um longo processo negocial permitiram que, na



Região Autónoma dos Açores, se mantivesse uma carreira docente única e sem constrangimentos administrativos nas progressões”, o dirigente sindical observou:

“Ao nível da gestão dos estabelecimentos de ensino, foi possível manter a gestão democrática das escolas e uma gratificação digna aos órgãos de gestão eleitos. O regime de concursos de pessoal docente manteve-se anual e centralizado. Em Março de 2008, face à persistência do SPRA, iniciou-se um processo negocial para a recuperação faseada do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007, que se concretizou em Julho de 2008”.



Foi a primeira vez que participei num Congresso da FENPROF e, digovos, valeu a pena! Pensar na organização de um evento desta magnitude, onde se iriam discutir as linhas a seguir nos próximos três anos, os próprios procedimentos do Congresso e as moções que os nossos colegas iriam apresentar era para mim algo muito complicado. Nunca vi um evento tão bem organizado! O *dossier* que nos foi entregue, já com alguns documentos, tinha separadores sem nada. Que estranho! – pensei. Qual não foi o meu espanto, quando nos foram distribuindo os documentos para lermos, muito bem sinalizados, de modo a podermos colocá-los no dito *dossier*. A Mesa, sempre muito bem presidida, com controlo bastante rígido e oportuno do tempo que cada interveniente dispunha para fazer a sua comunicação. As votações com uma equipa para contagem e todo o controlo informático de entradas e saídas dos Delegados ao Congresso. A equipa de apoio a fornecer, atempada e oportunamente, os documentos e as tão necessárias águas.

Tomaram-se decisões muito importantes para a vida de todos nós, Professores. Foi com muito agrado que vi ser reeleito o nosso Secretário-Geral, Mário Nogueira, e que pude constatar estarmos em boas mãos para o futuro próximo. ♦

Maria José Coelho

### Da emoção à comoção!

Sempre tinha assistido ao filme do Congresso da Fenprof sentada na plateia da minha sala. Do princípio ao fim, a “pele de galinha” era uma constante! Estar lá e vivenciar todo aquele ambiente de grande luta pela Educação e pelos direitos da classe docente era um sonho.

Este ano, o sonho tornou-se realidade. Que emoção! As expectativas eram imensas! Tudo era novo! Parecia uma criança a olhar para um brinquedo que sempre sonhou ter. Estava nervosa, até! Porém, tinha a certeza de que os momentos que iria viver jamais seriam esquecidos. Que frenesim! Que organização! Que intensidade de sentimentos! O Hino da Fenprof cantado ao vivo, pela primeira vez, pelo próprio autor...a emoção deu lugar à comoção! ♦



Margarida Vitória Fonseca

## → Dois grandes desafios

“Nos tempos que correm, de grandes limitações à actividade sindical, colocam-se aos sindicatos de professores dois grandes desafios: inverter a tendência para a proletarização da classe docente e, conseqüentemente, a sua desvalorização e falta de reconhecimento social e inverter a ten-

dência de desinvestimento no ensino público, que nos conduzirá, com certeza, a um conceito que um sociólogo americano definiu para a escola de gueto como *escola mínima*, ou seja, a escola que funciona com recursos mínimos”, concluiu António Lucas, que falou aos participantes na assembleia magna da FENPROF, no primeiro dia dos trabalhos.◆



## Avaliação do desempenho docente

“Actualmente, o SPRA tem centrado o processo reivindicativo na aproximação dos horários dos vários ciclos e sectores de ensino e na uniformização das reduções da componente lectiva por antiguidade e a contestação do Decreto Regulamentar Regional que define o regime de avaliação do desempenho docente. O SPRA considera que este regime deve ter um carácter eminentemente formativo, centrado no trabalho colaborativo entre pares, que os resultados escolares dos alunos devem servir apenas para aferição do sistema, nunca devendo ser usados para a avaliação e classificação dos docentes, que as faltas equiparadas a serviço efectivo não deverão penalizar na avaliação docente e, por último, que a observação de aulas deverá ocorrer apenas quando os docentes requererem uma menção superior a *Bom* ou quando o órgão de gestão considerar haver indícios de más práticas educativas”.◆

## FENPROF decisiva

Os professores e educadores portugueses fizeram História com a sua enorme luta. Os anos que medeiam entre o anterior e o actual Congresso foram anos muito difíceis, de tremendos ataques à profissão e à Escola Pública, com conseqüências muito negativas em todos os espaços onde se exerce a profissão docente. Os milhares e milhares de professores e de educadores que lutaram, num contexto de grande complexidade e de enormes dificuldades, não se deixaram derrotar. Resistiram à ofensiva e abriram portas por onde é preciso aprofundar a defesa dos seus interesses, da sua profissão e da Escola Pública portuguesa. Deram dimensão e força a incomparáveis acções de luta. A FENPROF foi decisiva para isso, interpretando a prioridade estratégica assumida no último Congresso Nacional dos Professores, “a defesa da dignidade da profissão docente e da necessidade da sua valorização como condição indispensável para uma Educação e um Ensino de Qualidade”. A FENPROF continuará a desempenhar o seu imprescindível papel de Federação Nacional dos Professores.◆

*Do Plano de Acção*

## Não há Democracia sem respeito pelos Sindicatos

O 10.º Congresso reclama que ainda durante esta legislatura se proceda à alteração da Lei 59/2008 – Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas –, no sentido de um cabal respeito pela real representatividade dos sindicatos; reclama a discussão pública e urgente no sentido de determinar critérios idealmente objectivos e rigorosos de medição da representatividade sindical; defende que a representatividade deverá repercutir-se inequivocamente na concessão de créditos para trabalho sindical e no peso relativo das diferentes mesas negociais.

A FENPROF renovará o pedido de reuniões com os grupos parlamentares e comissões adequadas com o objectivo de discutir medidas que concretizem as reclamações.◆

*Da moção “Não há Democracia sem respeito pelos Sindicatos”*



António Lucas,  
Presidente da Direcção do SPRA,  
10º Congresso da FENPROF, 23 de Abril  
de 2010, Montemor-o-Novo

# SPRA no “*mar de gente*” de 29 de Maio



“Estamos aqui, junto ao Ministério da Educação (*fotos*), para reclamarmos o que nos é específico, mas vamos agora convergir com os outros trabalhadores, pois a maioria dos problemas que vivemos no nosso sector resulta de políticas que a todos afecta, além de que a defesa da Escola Pública e da qualidade na Educação e no Ensino não é coisa que se resume aos profissionais do sector. É uma exigência que se coloca a toda a sociedade e a todos os cidadãos. Vamos dar mais força à força de estarmos juntos! Vamos dar força ao protesto de todos, pois assim estaremos também a reforçar o nosso protesto!”

As palavras são de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, e foram ouvidas por milhares de professores de todas as regiões do País, no passado dia 29 de Maio, à porta do ME, em Lisboa. Momentos depois, essa concentração na Avenida 5 de Outubro, com uma delegação do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) bem visível frente à tribuna improvisada e depois no arranque para o Marquês de Pombal, iria engrossar a gigantesca manifestação da CGTP-IN, descendo a Avenida da Liberdade, rumo aos Restauradores.

**Um mar de gente**, que, de forma determinada, deu eco ao lema da manifestação: **“Contra o desemprego, emprego com direitos, melhores salários para todos”**.

A intervenção de Manuel Carvalho da Silva, Secretário Geral da CGTP-IN, encerrou esta expressiva acção de protesto e luta dos trabalhadores portugueses, que aprovou também uma resolução, em que se destaca a necessidade de ampliar a unidade, a

convergência e a acção no plano sindical, em todo o País. Porque é precisa uma nova política. Porque é preciso um rumo para o País. Porque são injustas as medidas do Governo Sócrates, marcadas pela ofensiva contra os cidadãos e, particularmente, contra os trabalhadores.

**Jornada histórica pela mobilização conseguida e pelos sinais que dirigiu a toda a sociedade**

Já nos Restauradores, no final do grande desfile, o Secretário-Geral da CGTP-IN (no início da sua intervenção ainda havia manifestantes a sair do Marquês de Pombal) realçou a importância da luta firme contra os PECs e contra as medidas de austeridade. «Estamos aqui, porque temos de agir, com todas as nossas forças, contra



as medidas anunciadas e para que muitas destas medidas sejam revogadas, todas aquelas que sejam contrárias aos trabalhadores, ao povo e ao desenvolvimento do País», destacou o dirigente da Central, que salientou a extraordinária participação dos trabalhadores nesta acção da CGTP-IN – uma jornada histórica, pela mobilização conseguida e pelos sinais que dirigiu aos governantes e a toda a sociedade.

Carvalho da Silva disse ainda que era favorável a «cortes na despesa». «Que cortem nas parcerias público-privadas, que alimentam um capital parasitário e que nos levam 28 mil milhões por ano», foi uma das





propostas que reiterou. O dirigente sindical propôs ainda o corte nos «estudos e estudozinhos que levam 1400 milhões num ano» e nos «quatro mil milhões de euros disponibilizados para o BCP e BPN e nos outros muitos milhões que disponibilizaram». «Que cortem nos benefícios fiscais socialmente injustos. Que cortem nos desperdícios e gastos desnecessários, e há tanto a cortar naqueles que estão no poder», acrescentou.

Apelou, ainda, à unidade de todos os sindicatos. «É tempo de reforçarmos a nossa unidade, de convergirmos e, debaixo das nossas bandeiras e afirmando a justiça das nossas propostas, lutarmos pela mudança e por um rumo diferente para o nosso País», concluiu.

Como foi reafirmado neste grande protesto, em Lisboa, a CGTP-IN considera inaceitáveis e injustos: a redução dos salários e o agravamento da sua tributação em IRS; o aumento do IVA, que proporcionalmente penaliza mais os que menos ganham; a baixa do poder de compra das pensões; a diminuição do subsídio de desemprego e o ataque aos beneficiários de prestações não contributivas, incluindo a parte mais pobre abrangida pelo rendimento social de inserção. ♦

JPO

**“Com esperança,  
determinação  
e confiança vamos  
derrotar estas  
políticas!”**



O futuro, o futuro próximo, exige a intensificação, a diversificação e a ampliação da luta laboral e social, por um novo rumo para Portugal.

Por isso decidimos:

- Ampliar e intensificar o esclarecimento, o debate e as lutas nos locais de trabalho em todos os sectores de actividade e em todas as regiões do País, pela resolução dos problemas concretos e na resistência a medidas contra os trabalhadores;
- Propor um compromisso de unidade na acção a todos os trabalhadores independentemente da sua filiação sindical ou simpatia partidária, em torno do combate essencial em defesa dos direitos, duma mais justa repartição da riqueza e da dignidade de cada um dos portugueses e, nessa medida, duma mudança de rumo nas políticas do País;
- Apelar e promover a mobilização de todos, num empenhamento activo dinâmico e transformador da sociedade;
- Assumir total disponibilidade e empenho não só para o prosseguimento de lutas em curso, mas também para adoptar todas as formas de luta que a Constituição consagra, decidindo do seu tempo e da sua forma em função dos actos que o Governo vá assumindo e das práticas patronais das posições e propostas que a direita avance contra os trabalhadores e o povo, do evoluir da situação política económica e social do país.

**Com esperança, determinação e confiança vamos derrotar estas políticas!  
É possível mudar de rumo com a luta de quem trabalha!**

*Da Resolução aprovada na jornada de 29 de Maio, em Lisboa*

## Área Sindical de S. Miguel

# Reunião da Assembleia de Delegados/as do Ensino Público

Atendendo a que a estrutura da carreira docente, ao nível nacional, foi alterada com a publicação do Decreto Lei 270/2009 no dia 30 do passado mês de Setembro, que, por sua vez, sofreu nova alteração, já aprovada em Conselho de Ministros e enviada para promulgação, na sequência do Acordo de Princípios assinado a 8 de Janeiro p.p., em foco



Assembleia de Delegados Sindicais em 25 de Maio, em Ponta Delgada

esteve a ausência de negociação, até ao momento, e as suas repercussões na Região Autónoma dos Açores, entre outros assuntos fundamentais, relacionados com as escolas e o seu funcionamento nos vários âmbitos.

Tendo plena consciência das implicações que esta situação acarreta para a classe docente em exercício de funções nesta Região, os/as presentes reprovaram os sucessivos adiamentos da abertura do processo negocial em apreço e o facto de estar agendado o seu início, 22 de Junho, exactamente para o final do presente ano lectivo.

A avaliação do desempenho docente mereceu, também, uma especial análise e reflexão, tendo em conta a pertinência da matéria e a sua influência no normal funcionamento das escolas e na vida profissional dos/as educadores/as e professores/as. Apontadas foram várias irregularidades, incongruências e disparidades de procedimentos na operacionalização do modelo de avaliação docente actualmente em vigor na Região Autónoma dos Açores

O processo de discussão e de aprovação do diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da Educação Básica para o Sistema Educativo Regional foi, igualmente, objecto de apreciação, tendo os/as delegados/as sindicais presentes demonstrado o seu desagrado pela forma como o mesmo decorreu, quer pelo reduzido tempo dado às escolas para a elaboração dos seus pareceres, quer pela ausência de estratégia educativa e de rumo a seguir nesta matéria de primordial importância, bem como pela falta de avaliação das medidas e das experiências pedagógicas já implementadas.

A este propósito, uma atenção especial foi dada ao regime de funcionamento da Educação Pré-Escolar, do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino e da Educação Especial, que tem sido caracterizado por uma série de avanços e recuos incompreensíveis e constante desorientação, denotando uma total ausência de estratégia para estes níveis e sectores de ensino, que têm prejudicado, sobremaneira, quer docentes, quer discentes, no âmbito das condições de trabalho e dos horários daqueles e do desenvolvimento integral/sucesso destes. Aliás, os horários de trabalho dos docentes, em geral, desregulados, estiveram em cima da mesa e foram apontados como um dos aspectos que tem influenciado negativamente o trabalho pedagógico, pela redução do tempo destinado à componente individual de trabalho, entre outros motivos.

Sobre este assunto, ficou patente a necessidade de a tutela assumir, de uma vez por todas, um modelo de funcionamento e definir as linhas de actuação, após uma verdadeira audição a todos os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, para que este decorra com a tranquilidade e normalidade desejáveis.

Foram lembradas as propostas do SPRA sobre esta matéria, votadas em plenário sindical, por sinal muito participado, como, aliás, é apanágio deste tipo de iniciativas levadas a cabo por esta estrutura sindical, a saber: uniformização dos horários dos diferentes níveis e sectores de ensino, com as correspondentes reduções da componente lectiva.◆



## Universidade dos Açores recorre à videoconferência para alargar mestrado

A Universidade dos Açores vai alargar, no próximo ano lectivo, o Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança aos pólos de Angra do Heroísmo, na Terceira, e da Horta, no Faial, num inédito recurso ao sistema de videoconferência.

As aulas deste mestrado, até agora ministradas apenas em Ponta Delgada em regime presencial, passam a poder ser assistidas, em simultâneo, em Angra de Heroísmo e na Horta, sendo a primeira vez que isso ocorre na academia açoriana, revelou Conceição Vieira, do Departamento de Biologia, que assegura o funcionamento do mestrado com a colaboração do Grupo SGS.

Conceição Vieira salientou que a decisão foi originada pelo elevado número de alunos de várias ilhas dos Açores que se manifestaram interessados na frequência do Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança.

O curso, com a duração de quatro semestres lectivos e 400 horas presenciais (em Ponta Delgada), atribui o grau de mestre em Ambiente, Saúde e Segurança, de auditor interno de Segurança e de técnico superior de Segurança e Higiene no Trabalho.

No ano lectivo que está a terminar, o mestrado, ministrado em regime pós-laboral, envolve 42 alunos, tendo Conceição Vieira admitido o aumento deste número para o próximo ano lectivo, face ao alargamento do curso a Angra do Heroísmo e à Horta.◆



## Opinião

# Não, porque não!

Foi recentemente aprovada, apenas com os votos da maioria que suporta a inapta Secretária Regional da Educação e Formação (SREF) e a sua equipa, a nova matriz curricular de um suposto “Currículo Regional”. Este processo, espúrio nos objectivos, nos conteúdos e na forma, mereceu a reprovação de toda a oposição parlamentar, mas não foi apenas a oposição que reprovou esta iniciativa da SREF, a impugnação veio dos sindicatos e da generalidade das Escolas, cujos pareceres, de uma forma clara e demolidora, manifestaram o seu desagrado pela forma como o processo foi conduzido e pelas soluções propostas.

A SREF, o Governo e o Grupo Parlamentar do PS ficaram isolados. Isolamento que vai muito para lá do “bunker” político onde se refugiaram para não se confrontarem com as evidências das fragilidades da sua proposta, expressas pelas escolas, pelos sindicatos e pelos diferentes partidos da oposição. Ao Governo e ao Grupo Parlamentar do PS foram dadas todas as oportunidades para que retirasse a iniciativa. Ao Governo e ao Grupo Parlamentar do PS foi manifestada toda a disponibilidade, pela oposição parlamentar, pelas escolas e

pelos sindicatos, para que o projecto de “Currículo Regional” pudesse ser objecto de envolvimento da sociedade açoriana, pois a ela se destina. Disponibilidade total para que se conseguisse, se não a unanimidade, pelo menos um amplo consenso sobre uma medida estruturante que se pretende venha a ter implicações profundas na qualidade

**“...Sobre este processo, que culminou com a aprovação de uma nova matriz curricular para os alunos dos Açores e que terá como efeito uma profunda reestruturação do Sistema Educativo Regional, Lina Mendes, autora da iniciativa, disse: Nada, porque nada tinha a dizer. E o Grupo Parlamentar do PS disse: Não, porque não!”**

do Sistema Educativo Regional e na procura da melhoria da qualidade do Ensino Público.

O que estava em causa merecia mais do que a declaração de incompetência feita por Lina Mendes aos deputados (também aos do PS) para se pronunciarem sobre o diploma em apreço. Dos deputados do PS esperava-se mais do que o bloqueio irracional aos apelos e argumentos que lhes foram dirigidos nos pareceres das escolas e sindicatos e pelos intervenientes no debate parlamentar.

Sobre este processo, que culminou com a aprovação de uma nova matriz curricular para os alunos dos Açores e que terá como efeito uma profunda reestruturação do Sistema Educativo Regional, Lina Mendes, autora da iniciativa, disse: Nada, porque nada tinha a dizer. E o Grupo Parlamentar do PS disse: Não, porque não!♦

Aníbal C. Pires, Maio de 2010

## Mário Nogueira em discurso directo



**Os professores têm hoje razões acrescidas para se manifestarem, juntando forças aos restantes trabalhadores portugueses.** Está,

hoje, claro como nunca que os problemas que afectam os professores, as escolas, a Educação, em geral, resultam de políticas globais do Governo que se traduzem em políticas educativas de cariz muito negativo, dada a matriz geral em que assentam. **Exemplos disso?** A carreira e o seu modelo de avaliação, que não consegue desligar-se do SIADAP; o problema dos vínculos, tendo os professores, já por duas vezes, sido alvo de tentativa de transformação do seu vínculo de nomeação definitiva em contrato de trabalho em funções públicas; o modelo autoritário de gestão imposto às escolas; as dinâmicas de desresponsabilização do poder central, ora por via da municipalização, ora da privatização... estes são apenas alguns exemplos dos reflexos das políticas gerais do Governo, quando aplicadas no sector da Educação.♦

Mário Nogueira, em entrevista à página electrónica da FENPROF

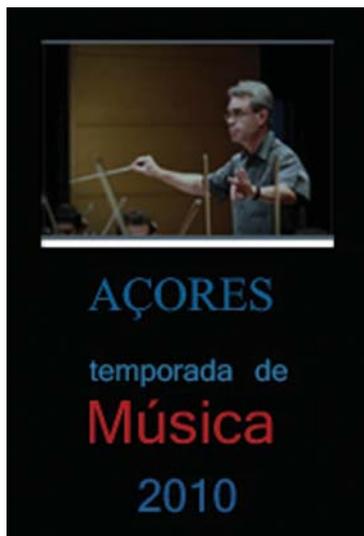
## momentos

pedaços, registos, instantes, olhares, notas à solta

<http://www.anibalpires.blogspot.com/>

Culturais

**Açores – Temporada de Música 2010**



**Até Dezembro em todas as Ilhas**

A Temporada de Música 2010, continuando a projectar a Região como promotora de iniciativas musicais, tem como principais objectivos trazer ao público açoriano artistas que habitualmente se apresentam noutras cidades nacionais e estrangeiras, para além de, através de actividades nas rádios e nos jornais, divulgar a música clássica.

Seguindo esses princípios, a presente Temporada organiza-se em três áreas distintas: concertos e espectáculos, formação e divulgação e, por último, criação.

Para além disso, refira-se que a Temporada, este ano, se associa às Comemorações do Centenário da República, dando, consequentemente, especial destaque à música dos séculos XX e XXI.

A Temporada decorrerá até Dezembro, com concertos em todas as ilhas do Arquipélago, alguns dos quais com músicos açorianos. Ouvir-se-ão orquestras e agrupamentos instrumentais, recitais com solistas, música de câmara, música antiga e contemporânea, concertos de órgão, concertos com laureados, teatro musical e bailado. Estão ainda previstos concertos ao ar livre.♦



**Diários de Paisagem Exposição de Pintura**

*Museu Carlos Machado de Ponta Delgada até Setembro de 2010*

Ao visitante sugere-se que ande, pare, olhe e compreenda entre esses diferentes Diários, as permanências e as inovações do género da Paisagem nas obras de alguns dos artistas mais conhecidos da arte portuguesa: Alfredo Keil, Ezequiel Pereira, Falcão Trigoso, José Júlio Sousa Pinto, José Veloso Salgado, João Vaz, Duarte Faria e Maia, Domingos Rebelo, Dórdio Gomes, António Botelho, António Dacosta, Nikias Skapinakis, João Hogan, Jacinto Luís e Carlos Carreiro.♦

**A Área Sindical do Faial alugou um novo espaço que de certeza irá proporcionar uma melhoria significativa no trabalho sindical e no apoio a todos os docentes desta Ilha.**



Iniciativa

**Sonho tornado Realidade**

*Inauguração da nova sede do SPRA na Ilha do PICO*

**Parabéns aos dirigentes e a todos os docentes desta Área Sindical**



